

Como são construídas as expressões de gênero de pessoas não-binárias? uma revisão integrativa.

Veroni Vinicius Monteiro Barbalho¹
Maria Lúcia Chaves Lima²

Resumo: Propomos neste artigo investigar as formas pelas quais são construídas as expressões de gênero de pessoas não-binárias, na literatura científica brasileira das ciências humanas. Realizamos uma revisão integrativa de 2016 a 2023 nas bases de dados Periódicos CAPES e BVS. Atenderam aos critérios 17 artigos. Identificamos uma multiplicidade de sentidos produzidos sobre as não-binariedades, como a ideia de fluidez de gênero, as múltiplas constituições de identidades, as mudanças paradigmáticas sobre gênero, as ações performativas, e os embates discursivos com outras identidades trans. As não-binariedades não cabem em uma definição fechada, pois se constroem em devir. Novos estudos devem ser conduzidos para dar conta de outras dimensões e outros contextos de produção de conhecimento.

Palavras-chave: Não-binariedade; Gênero; Subjetividade; Psicologia.

¹ Graduada em Psicologia na Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestranda no Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPA vinimont@gmail.com.

² Doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-graduação em Psicologia da UFPA. marialuciacl@gmail.com.

A não-binariedade (ou “as não-binariedades”) de gênero surgiu enquanto identidade no contexto dos territórios de línguas anglófonas, aliada às discussões da teoria e dos movimentos *queer* que neles aconteciam durante a década de 1990. No Brasil, as não-binariedades chegam sobretudo a partir dos meios de comunicação digitais, pela internet, através de blogs e das emergentes redes sociais. Aqui, seus significados e expressões tomam formas únicas, interseccionando-se com outras experiências de raça, classe, sexualidade, capacidade, território, entre outras. Esta revisão foi projetada na interlocução entre a experiência de pesquisa e de vida enquanto pessoa não-binária da primeira autora e as inquietações compartilhadas na orientação acadêmica da segunda autora. É essa relação que dá base para a decisão por investigar as experiências de gênero de pessoas não-binárias no mestrado em psicologia, do qual essa revisão faz parte.

A entrada nesse campo-tema nos fez questionar as definições aprendidas sobre “a não-binariedade” e por isso, buscamos dialogar com outres interlocutories³. Compreendemos gênero como a repetição estilizada de atos performáticos em um dado contexto social e histórico, ou seja, mais do que olhar para a identidade, entendemos que o que constitui “o gênero” é uma rede de discursos compartilhados, seguindo determinados ordenamentos de posições e (des)autorizações de fala (Butler, 2003). Nesse contexto, os corpos inseridos nessa rede de linguagem, frequentemente, produzem atos performáticos subversivos em relação à ordem estabelecida, como no caso das não-binariedades de gênero.

Como aproximação da temática, decidimos visitar o que há produzido a respeito das formas de subjetividade de pessoas que vivem a partir de identidades de gênero não-binárias. Encontramo-nos com um campo pouco explorado e bastante diverso. Buscamos focar em como esse tema vem sendo retratado a partir das ciências humanas, dando enfoque especial para as definições sobre as não-binariedades exploradas pelas

³ Optamos, em alguns casos, pelo uso da Linguagem Não-binária, para fazer referência às pessoas citadas que usam apenas pronomes pessoais neutros. Por isso, quando necessário, neologismos foram utilizados, com base no Guia para “Linguagem Neutra” de Ophelia Cassiano. Disponível em: <https://abrir.link/cXpai>.

autorias. Para isso, optamos pelo uso da revisão integrativa como método para esta etapa da pesquisa.

Método

As revisões integrativas são metodologias para revisão da literatura científica, que tem por objetivo obter um olhar abrangente sobre a temática de interesse e que permitem a utilização de textos científicos de diferentes áreas. As revisões integrativas seguem critérios rigorosos de seleção e análise, e permitem investigar tendências, abreviar resultados e eleger estudos científicos com diferentes delineamentos de pesquisa (Alves *et. al*, 2023).

Para a condução da revisão, recomenda-se a definição de uma pergunta norteadora (Alves *et. al*, 2023). Nesse caso, por estarmos interessadas nas definições sobre as não-binariedades, e por partir de um campo teórico que compreende gênero como performativo (Butler, 2003), a pergunta que guiou essa pesquisa analisou os processos discursivos, performáticos e relacionais das não-binariedades. Por isso, a questão definida foi: Como são construídas as expressões de gênero de pessoas não-binárias?

Para respondê-la, optamos pela investigação no campo das ciências humanas, a qual possui vasta produção a respeito das temáticas de gênero. Seguimos as recomendações de Alves e colaboradores (2023) e as adaptamos para o escopo dessa revisão. Tais autorias recomendam o uso de bases de dados que reúnam revistas científicas, ou repositórios de sistemas universitários como fontes, uma vez que facilitam o acesso a uma grande quantidade e diversidade de materiais. Foram escolhidos o Portal Regional da Biblioteca Virtual em Saúde (BVS)⁴ e o Portal de Periódicos CAPES⁵ como ferramentas de acesso à literatura para o presente trabalho.

⁴ A BVS é um portal público que disponibiliza o acesso e uso da informação científica e técnica em saúde, contribuindo para a integração entre o conhecimento e a prática em saúde, sobretudo nos países da América Latina e do Caribe.

⁵ O Portal de Periódicos CAPES é um acervo digital de dados organizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES). Essa plataforma reúne bancos, bases e repositórios virtuais de revistas científicas, bem como dissertações e teses brasileiras e estrangeiras.

Inicialmente, não houve um recorte temporal determinante, como cinco ou dez anos, como tende a acontecer nas pesquisas bibliográficas. Por percebermos que há pouco material produzido na temática, decidimos pela inclusão de todos os artigos que se apresentaram nas pesquisas com os descritores, desde a primeira publicação. Ao fim da aplicação dos critérios de inclusão, o recorte temporal resultante foi de 2016 a 2023: um período de oito anos. Os descritores utilizados foram: 1. Não-binário; e 2. Não-binariedade. Outros critérios de inclusão foram: artigos publicados em português, inglês ou espanhol; e disponíveis para acesso gratuito em domínio público ou pela CAFE⁶. Assim, tivemos o levantamento de 229 produções⁷.

Foram realizados dois levantamentos de materiais: um em setembro de 2023 e o outro em janeiro de 2024. Para cada um deles, foi produzido um relatório. Justifica-se o uso de dois levantamentos devido a revisão ter sido iniciada antes de o ano de 2023 encerrar, sendo necessária, portanto, uma atualização que recuperasse os novos artigos, publicados desde o período da primeira coleta até o final do ano. Dessa forma, também foi possível evitar a perda de material devido a possíveis instabilidades das plataformas.

Baixamos os arquivos das referências pelas plataformas da CAPES e BVS, e seus dados foram transferidos para a plataforma *Mendeley*, de gerenciamento de referências. Nesse aplicativo, foram identificadas e descartadas 14 produções repetidas, a partir do reconhecimento automático de duplicatas, o que resultou em 215 artigos. A partir disso, os dados resultantes foram transferidos para uma planilha na plataforma *Google Sheet*, na qual foi realizada a exclusão manual de artigos repetidos por título e resumo em português e/ou outra língua, que possam não ter sido identificados pelo *Mendeley*. Foram feitas 25 exclusões, e obtivemos o resultado de 189 produções.

Como critérios de exclusão foram elaboradas as seguintes questões para embasar a decisão ou não pela exclusão dos 189 artigos incluídos. Caso a resposta fosse não,

⁶ Docentes e discentes das universidades federais, como as autoras deste artigo, dispõem do sistema da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe), pelo qual é possível ter acesso gratuito a diversos periódicos.

⁷ As bases recuperadas nas pesquisas foram as seguintes: SciELO Brazil, DOAJ Directory of Open Access Journals, Alma/SFX Local Collection, PUCRS Institutional Repository, SciELO Portugal, SciELO Argentina, SciELO, SciELO Peru, SciELO Chile, Openedition Open access Journals, SciELO Revistas, PubMed Central, IBECs, MEDLINE, LILACS-Express, LILACS, Index Psicologia - Periódicos, Recursos Multimídia, BDENF - Enfermagem, Sec. Est. Saúde SP, BBO - Odontologia e CUMED.

seriam excluídos: “É um artigo científico?”⁸; “Discute questões de gênero sobre pessoas não-binárias?”; “São estudos relacionados com alguma área das Ciências Humanas?”; e “Tem filiação com instituição brasileira no momento da publicação?”. 140 trabalhos, por não cumprirem os requisitos definidos, foram excluídos e permaneceram 50 artigos. A partir disso, foi realizada a primeira leitura integral dos 50 artigos, visando identificar se as discussões dos manuscritos interessavam à presente revisão. Uma nova avaliação foi feita com base nas seguintes questões. Caso a resposta para cada pergunta fosse não, o artigo seria excluído: “Este artigo aborda experiências de gênero de pessoas não-binárias?”; “Este artigo faz análises especificamente sobre experiências de gênero não-binárias?”; e “Este artigo aborda representações a respeito de pessoas não-binárias?”. Após essa análise, 33 foram excluídos, restando, assim, 17 artigos.

Com o término da seleção, iniciou-se a fase de produção de informações⁹, na qual foi lido novamente o texto integral dos artigos, em busca de informações específicas. As informações buscadas foram: região do Brasil em que está localizada a instituição das autorias; o tipo de pesquisa; as perspectivas teóricas; as metodologias utilizadas; a definição usada de não-binariedade; a identidade de gênero das autorias e os resultados ou análises mais importantes. Cada artigo recuperado foi publicado em uma revista diferente, não havendo, assim, repetições, o que demonstra diversidade de áreas de conhecimento entre os materiais selecionados. Quanto às regiões do Brasil em que se localizam as autorias, constam, em ordem decrescente: Sul (6), Centro-oeste (6), Sudeste (5), Nordeste (1) e Norte (0). Quanto ao tipo de pesquisa realizada, obtivemos 3 trabalhos teórico-bibliográficos e 14 foram fruto de estudos empíricos.

Os artigos apresentaram diferentes perspectivas teóricas¹⁰: Teoria *Queer* (13), Pós-estruturalismo (8), Esquizoanálise (8), Perspectivas ligadas aos estudos das colonialidades (4), Transfeminismo (3), Psicologia Social (2). As ferramentas de

⁸ Decidimos por excluir a chamada “literatura cinza”, compreendida por dissertações, capítulos de livro etc., tendo em mente as limitações de tempo das autoras para realizar esta pesquisa.

⁹ Optou-se por substituir “coleta de dados” por “produção de informações”, tendo por base uma perspectiva interpretativista sobre a produção de conhecimento, na qual se entende que nenhum dado está objetivamente disponível para que alguém o colete, mas é produzido por processos discursivos que acontecem na interação entre quem pesquisa e o campo-tema, e permeados por redes de saber-poder (Saccol, 2009).

¹⁰ Foi possível identificar mais de uma perspectiva teórica por artigo analisado.

pesquisa/estudos¹¹ foram: Entrevistas (9), Bibliografias (5), Documentos (4) e Diário de Campo (1). Quanto ao “gênero” das autorias, apenas 3 se identificaram, sendo duas pessoas não-binárias e uma mulher trans. O restante das autorias (14) não forneceu informações sobre “gênero” nos seus textos.

As informações produzidas nesta etapa foram reunidas em um documento na plataforma *Google Docs*, no qual foi realizada uma categorização das informações com base nas similaridades temáticas de cada informação. Assim, cada sessão demonstra um conjunto de tipos de definições para as não-binariedades, ou quatro respostas alternativas para a pergunta “O que são as não-binariedades?”. São elas: “As não-binariedades são um espectro”; “As não-binariedades são uma epistemologia”; “As não-binariedades se fazem em ação”; e “As não-binariedades são trans?”. Recorreu-se também ao uso de outros textos que não estavam contidos na seleção de artigos, mas que contribuem para a elucidação de alguns conceitos presentes na revisão.

As não-binariedades são um espectro¹²

A primeira categoria de resultados indica para a seguinte característica: as não-binariedades comportam experiências de fluidez entre polos opostos/binários. A maioria das definições utilizadas pelos artigos compreendem a existência de um espectro de identidades de gêneros possíveis. Esse espectro tem em um de seus polos a identidade “homem” e, em outro, a identidade “mulher”. De acordo com a pesquisa de Carvalho (2018), entre a categoria “homem” e a categoria “mulher” existem múltiplos gêneros, portanto, ser não-binário é estar em qualquer ponto entre esses polos binários.

Algumas definições utilizam termos que indicam movimentações das posições subjetivas entre esses polos, tais como “permear”, “transitar”, “fluidez”, “alternar”, “sobreposição”, “fusão” e “combinar” (Ferreira, 2016; Reis, 2016; Reis; Pinho, 2016; Reis, 2017; Somariva; Tomazetti; Rosário, 2018; Lemos; Andrade; Cardoso, 2020; Baena; Lana, 2023; Giagio; Martino, 2023).

¹¹ Foi possível identificar mais de uma ferramenta por artigo analisado.

¹² Todos os textos selecionados para esta revisão compõem este tópico, salvo o texto de Anzini (2021).

Tais definições indicam, para Somariva, Tomazetti e Rosário (2018, p. 349), que “nas variáveis em que se encontram esses sujeitos, tem-se toda a infinidade de características possíveis de sexo, gênero e desejo. [...] Essas manifestações são, então, processos, porque se articulam de forma movente”. Nesse sentido, podemos observar que as expressões de gênero não-binárias podem articular formas variadas de masculinidades e feminilidades, experimentando a ambiguidade e a diferença, sem a necessidade de pertencer total ou exclusivamente a um dos polos do espectro.

Corroborando essa perspectiva, Reis (2016), Reis e Pinho (2016) e Reis (2017), apontam que pessoas não-binárias podem se fixar em algum ponto desse espectro, e assim, assumir uma única identidade/nomenclatura para descrever a si mesma, como, por exemplo “não-binária”. Também, é possível fluir entre diferentes identidades/nomenclaturas, podendo se identificar ora como homem, ora como mulher, ou então, com outra(s) possibilidade(s), além dos binários, alternadamente. Mas, também, pode-se revelar como a combinação de mais de uma identidade/nomenclatura, ou seja, uma pessoa não-binária poderia identificar-se simultaneamente como homem e como mulher, ou como agênero e como gênero neutro, para dar alguns exemplos.

Concomitante a isso, Baena e Lana (2023) salientam que “não-binário” é passível de ser usado tanto como um termo “guarda-chuva”, que engloba múltiplas identidades que fogem do binário, como pode ser usado para descrever uma identidade de gênero pessoal. Na revisão, foi possível encontrar uma grande variedade de termos compreendidos dentro da não-binariedade. Ferreira (2016) traz a perspectiva de Ariel Silva (2020)¹³, que defende a possibilidade de compreender a categoria “bicha” como uma identidade de gênero não-binária brasileira, ao invés de apenas como uma categoria do campo da sexualidade, ligada a experiência de homens homossexuais afeminados. Outras autorias trazem outras possibilidades, tais como: agênero, bigênero, *genderqueer* - ou somente “*queer*” -, travestis, transvestigêneres, fluidas no gênero/gênero fluido, transviades, sapatrans (Hartemann, 2019; Lau; Sanches, 2019; Baena; Lana, 2023).

Existem casos em que “não-binária” surge como uma fusão com outras identidades, como, por exemplo, mulher trans não-binária (Palmieri; Bernardes, 2021;

¹³ Este texto não faz parte dos textos reunidos para o escopo da revisão.

Gonçalves; Gizzo, 2022), travesti não-binária (Fiss; Vieira, 2021) e bicha não-binária (Ferreira, 2016). Outras autorias também trazem a possibilidade de se afirmar apenas como “não-binária”, ou “trans não-binária” (Nascimento; Angel, 2021). Há, inclusive, intersecções com outros grupos, como por exemplo, as categorias “transmasculinos”, que pode compreender tanto homens trans como pessoas não-binárias e outras que também performam algum tipo de masculinidade; e “transfemininas”, que pode compreender tanto mulheres trans como pessoas não-binárias e outras que também performam algum tipo de feminilidade (Carvalho, 2018; Hartemann, 2019).

Outro sentido foi encontrado a partir dos termos utilizados, tais como “transgredir”, “ultrapassar”, “romper”, “quebrar”, “resistir”, “combate”. Para algumas autorias (Ferreira 2016; Reis; Castro, 2019; Reis; Pinho, 2016; Palmiere; Bernardes, 2021), afirmar-se enquanto pessoa não-binária implica em uma posição de resistência à imposição do gênero assinalado ao nascimento, à normatividade dos corpos. Giagio e Martino (2023) explicitam que a não-binariedade se posiciona a partir da recusa dos ideais de gênero determinados pela norma, o que é corroborado por Fiss e Vieira (2021), quando afirmam que as vidas não-binárias são provocadoras, uma vez que quebram conceitos indispensáveis para a sociedade.

Em contraponto, Somariva, Tomazetti e Rosário (2018) ressaltam que a não-binariedade não é, em si, subversiva, mas dá condições à pessoa que assim se identifica para performar práticas subversivas. Nesse sentido, tanto Somariva, Tomazetti e Rosário (2018) como Giagio e Martino (2023) ressaltam que viver como pessoa não-binária proporciona liberdade para a autoexpressão. Reis (2017) acrescenta a negociação entre o prazer da liberdade e o desprazer da exclusão social, que pode atuar como “termômetro social” para saber até onde levar sua transição.

Também é possível encontrar outras possibilidades de significação das não-binariedades, a partir dos termos: “neutralidade”, “não-junção”, “distanciamento”, “fuga”, “não-categoria”. Para além da possibilidade de mover-se entre o masculino e o feminino, algumas autorias (Reis, 2016; Reis; Pinho, 2016; Reis, 2017; Somariva; Tomazetti; Rosário, 2018; Lemos; Andrade; Cardoso, 2020; Baena; Lana, 2023)

apontam para a possibilidade de se identificar “fora” ou “além dessa linha”, em fuga da binariedade, fazendo-se presente, mais uma vez, a ideia de movimento.

Nessa discussão, Somariva, Tomazetti e Rosário (2018, p. 349) apontam certas contradições importantes. Para as autorias, a binariedade é produtora de “categorias fixas de sexo/gênero/desejo (mulher/homem, feminino/masculino, heterossexual/homossexual, cisgênero/transgênero)”, e que se relacionam de maneira hierárquica. Romper com a binariedade, então, implicaria na inflexão dessas mesmas categorias, ao invés da criação de novas categorias. Em resumo, a não-binariedade seria não-categorizável. Situar a não-binariedade enquanto uma nova categoria, para além das já existentes, seria, para as autorias, “contradizer a própria lógica do que é ser/estar não-binário, *queer*, fluido” (Somariva; Tomazetti; Rosário, 2018, p. 348). A discussão a respeito da relação do *queer* com as não-binariedades é de extrema importância e será explorada nas seções seguintes.

Esse conflito pode ser sintoma da dificuldade de contemplar, em uma simples conceitualização, as não-binariedades, pela multiplicidade de significados que podem assumir (Giagio; Martino, 2023). Sobre isso, Somariva, Tomazetti e Rosário (2018, p. 349) concluem que ser/estar não-binário não significa recair em novas categorias, mas “expressar o desmantelamento das categorias identitárias essencialistas”.

As não-binariedades são uma epistemologia¹⁴

Partindo das provocações que os sentidos de fluidez e ruptura despertam, compreender as não-binariedades como um espectro exige um deslocamento da epistemologia hegemônica sobre as definições de sexo, gênero e corpo. Ou seja, para compreender as identidades não-binárias, não é possível fazê-lo partindo e epistemologias cisnormativas, que compreendem apenas duas possibilidades “normais” ou “naturais” de viver o gênero: homem-pênis ou mulher-vagina (Vergueiro, 2016)¹⁵. De

¹⁴ Os textos selecionados para a revisão que compõem este tópico são: Ferreira (2016); Carvalho (2018); Reis; Castro (2019); Lau; Sanches (2019); Hartemann (2019); Lemos; Andrade; Cardoso (2020); Anzini (2021); Nascimento; Angel (2021); Palmiere; Bernardes (2021); Gonçalves; Gizzo (2022); Baena; Lana (2023); Giagio; Martino (2023).

¹⁵ Este texto não faz parte dos textos reunidos para o escopo da revisão.

acordo com Viviane Vergueiro, pesquisadora travesti, a análise da matriz de inteligibilidade dos corpos imposta a partir da cisnormatividade nos mostra que:

a leitura normativa sobre os corpos se considera capaz de, através de critérios supostamente objetivos, determinar sexos-gêneros, sendo também uma leitura atravessada pela ideia de que estes corpos, se “normais”, terão estes gêneros definidos a partir de duas, e somente duas, alternativas: macho/homem e fêmea/mulher (Vergueiro, 2016, p. 259).

Nesse sentido, a cisgeneridade atua como uma ideologia cultural, que regula os modos de vida através da normatividade do gênero, privilegiando, assim, aquelas pessoas que mantêm uma “suposta” coerência com o que é determinado para o seu corpo, nos termos binários homem-mulher, as pessoas cisgênero (Vergueiro, 2016). Nesse contexto, viver como pessoa não-binária e falar de si com termos que não existem na gramática cisnormativa, implica em agir para desnaturalizar “a matriz de inteligibilidade cisnormativa binária”, e propor, em troca, “matrizes rivais e subversivas de desordem do gênero” (Vergueiro, 2016, p. 259). Por isso, implica, também, na criação de uma epistemologia não-binária¹⁶. Assim, faz-se necessário destacar um aspecto da teorização das autorias sobre as não-binariedades: a maioria escreve a partir da ideia de gênero enquanto algo que se faz em ato.

É possível que isso se deva, sobretudo, ao fato de que a maioria dos estudos selecionados partem de um referencial teórico ligado à Teoria *Queer*, com especial destaque para o uso da obra de Judith Butler. Vale ressaltar que Butler é reconhecida legalmente pelo Estado da Califórnia, nos Estados Unidos, como pessoa não-binária e utiliza pronomes neutros para se referir a si (Bassets, 2024). Nos artigos, é possível observar que a maioria das compreensões sobre as não-binariedades foram tecidas a partir de seus conceitos, como performatividade e agência (Butler, 2003; 2019)¹⁷. Para Butler (2019), agência é a capacidade de ação, que se encontra nos limites da dinâmica

¹⁶ Uso o termo epistemologia não-binária, inspirada em Leonora Maniglia, com a qual tive contato por meio de um curso que ofertou em janeiro de 2024, intitulado “Processos de subjetivação e gêneros não-binários”, no qual expôs teorizações decorrentes de sua monografia de conclusão de curso em Psicologia e da pesquisa de mestrado que está em andamento.

¹⁷ Estes textos não fazem parte dos textos reunidos para o escopo da revisão.

do poder, mas que, ao reiterar formas de ressignificação, produz efeitos novos. Nesse sentido, agência é resistência movida pelo desejo.

A Teoria *Queer* se mostra como suporte para a compreensão de pessoas não-binárias sobre suas expressões de gênero, como é explicitado entre participantes das pesquisas de Carvalho (2018), de Nascimento e Angel (2021), de Palmiere e Bernardes (2021) e de Gonçalves e Gizzo (2022). Além disso, Ferreira (2016) discute as formas pelas quais o debate *queer*, importado dos Estados Unidos e Europa, chegou ao Brasil e produziu tanto reproduções como deslocamentos da proposta original, tendo como base as realidades brasileira e latino-americana. De acordo com o autor, o *queer* e as não-binariedades encontram, no Brasil, outras dinâmicas de gênero e sexualidade, e que se interseccionam com outros marcadores, como raça e classe social, produzindo diferenças; e que envolvem relações com nomenclaturas identitárias nativas, como as bichas e as travestis.

As não-binariedades poderiam, então, compor propostas de matrizes rivais e subversivas em relação à hegemônica? Estariam elas fora da binariedade? Identificar-se enquanto pessoa não-binária significa, desse modo, não participar dos jogos de poder que generificam os corpos a partir da cisnorma? Seria a não-binariedade uma não-identidade, um não-lugar? Será que faz sentido pensar nesses termos em uma sociedade binarizada? Palmiere e Bernardes (2021), utilizando-se da concepção foucaultiana de poder, defendem que não é possível escapar completamente da binariedade:

[...] essa negociação por meio dos modos de produzir-se funciona como uma resistência micropolítica no campo social. Porém, é válido considerar que isso não diz respeito à liberação de mecanismos repressivos ou a uma resistência colossal (Foucault, 2005), mas tem relação com um jogo, que se dá mediante práticas de liberdade em que sujeitos se relacionam de forma facultativa com as normas (Palmiere; Bernardes, 2021, p. 108).

Por essa via, é possível postular que as não-binariedades são multiplicidade em devir de expressões de gênero que se constroem em relação com a binariedade, seja por meio da negação, do distanciamento ou da subversão, como também pela própria

afirmação de sua diferença em um meio plural, como propõem Reis e Castro (2019). Os autores afirmam que a legibilidade de uma identidade não binária só é possível pela divisão estabelecida entre o totalmente feminino e o totalmente masculino, na qual a não-binariedade, ao invés da reiteração de um ou outro, exerce “o trânsito, a mistura, o rompimento/atravessamento das fronteiras, a fluidez” (Reis; Castro, 2019, p. 513).

Lemos, Andrade e Cardoso (2020) sinalizam para a dificuldade experienciada por pessoas não-binárias de descrever a experiência de gênero a partir de termos neutros, uma vez que os símbolos disponíveis na cultura são generificados, como masculinos ou femininos. Ainda no mesmo artigo, as autorias problematizam a ideia de neutralidade. Será possível alcançar uma neutralidade de gênero, mesmo em uma sociedade binarizada? O que seria, em termos práticos, essa neutralidade?

Alguns artigos apontam para como a Língua Portuguesa apresenta uma estrutura binária, que marca exaustivamente o gênero dos objetos, das coisas e das pessoas como femininas ou masculinas. A invenção da linguagem não-binária (LNB)¹⁸ aparece como uma articulação da população não-binária com a finalidade de problematizar esse binarismo, criando adaptações e neolinguagens, para possibilitar uma comunicação mais representativa das pessoas que não se identificam com o masculino ou com o feminino. De acordo com Lau e Sanches (2019), a Língua pode ser compreendida como uma invenção moderno-colonial, a qual busca restringir o funcionamento da comunicação dentro de um campo em que se mantenha a hegemonia de certas perspectivas de leitura e compreensão do mundo. E, ainda, impõe-se como sistema fixo, não-ideológico, e que seria capaz de representar fielmente a realidade.

Frente a isso, a LNB possibilita a desnaturalização da língua e a evidencia como lei reguladora da realidade social. A LNB faz propostas críticas, adequadas aos contextos de comunicação da população trans e não-binária, ressaltando, assim, o papel ativo dos usuários de uma língua enquanto reguladores das estruturas do discurso (Lau; Sanches, 2019). Giagio e Martino (2023, p. 17) defendem que esse uso subversivo do português “abre uma porta conceitual que não é encontrada na nossa língua”. Reforçam,

¹⁸ Optamos por não utilizar a nomenclatura “linguagem neutra” por considerar que nenhuma forma de comunicação é neutra politicamente.

ainda, que a linguagem não-binária possibilitaria imaginar uma existência humana sem gênero, ao passo que permite produzir sentidos sobre si, sobre as pessoas e sobre as coisas através de formas não marcadas e limitadas pelo gênero.

Paralelamente a isso, Lemos, Andrade e Cardoso (2020) consideram que a não-binariedade, para além da possibilidade de encaixar as identidades individuais na hierarquia dos gêneros estabelecida, encaminha um projeto de futuro, no qual seja possível o reconhecimento da multiplicidade de todas as identificações. Para as autorias, a existência da não-binariedade evidencia o caráter performativo e artificial de toda e qualquer experiência de gênero, inclusive daquelas que se propõem naturais, na medida em que se fazem presentes, no espaço social, sujeitos que subvertem as categorias e surrupiam códigos femininos e masculinos para a construção de suas próprias performances.

Isso provocaria, então, uma mudança paradigmática na forma como se compreende o gênero, por proporcionar “uma abertura ampla de reconhecimento no social que quebra qualquer dualidade de diferenciação” (Lemos; Andrade; Cardoso, 2020, p. 324). Para Reis e Castro (2019, p. 517), talvez “pensar uma narrativa específica da não-binariedade como interação da diferença seja tensionar o limite de qualquer narrativa do binário de gênero, seja explorar os limites do mesmo, lançar todo o gênero ao estranhamento da diferença”. É provável que essa mudança de paradigma não se inicia com as não-binariedades como ela se apresenta na contemporaneidade, mas que seja produto da luta histórica de grupos de pessoas dissidentes sexuais e de gênero por direitos e reconhecimento; mas também um dos efeitos da própria construção discursiva do sexo, que é, desde o princípio, falha e relacional.

Como afirmam Reis e Castro (2019), a demarcação identitária envolve tanto uma negação do outro como a diferença, que representa o contorno de uma coerência interna, quanto a mútua implicação do outro na constituição de si. Ao inventar a cisgeneridade e a heterossexualidade enquanto categorias *sine qua non* de humanidade, inventa-se também o habitante da fronteira, aquele que não é capaz de ascender à categoria de humanidade, o não-humano. É importante destacar que a definição rígida desses limites discursivos é parte do projeto colonial que, ao impor uma matriz de inteligibilidade

cisgênero e heterossexual, estabeleceu também o branco europeu como norma. Violet Baudelaire Anzini (2021), antropóloga trans, destaca que as ideias de “homem” e “mulher” devem ser localizadas espacial e temporalmente, uma vez que surgiram em um contexto europeu, e se consolidaram por meio de um longo processo, que se deu desde o início da colonização, no século XVI, até a instituição de um forte discurso médico-jurídico, no século XIX. A autora provoca:

Se contemporaneamente há homens e mulheres em quase todas as sociedades, muito provavelmente isso acontece, por que estas sociedades são etnografadas por pessoas cis, brancas, heterossexuais e heteronormativas, séculos depois de muitos conflitos e contatos com nossas cosmovisões eurocêntricas de gênero, sexualidade e raça, depois de muito ter se dissipado e viralizado a colonização de gênero através dos mais perversos mecanismos de poder (Anzini, 2021, p. 364).

Gabby Hartemann (2019), antropóloga trans não-binária, também chama atenção para como a cisnormatividade pode ter influenciado a produção de etnografias, de forma a produzir o apagamento de matrizes de gênero não compatíveis com a cosmovisão do colonizador. Tanto Hartemann (2019) como Anzini (2021) ressaltam a necessidade de observar as categorias êmicas de cada sociedade, ou seja, que surgem no contexto do qual fazem parte, das quais “gênero” pode não existir.

Nesse sentido, desnaturalizar a cisnormatividade e a binariedade passa por um processo de compreender que as noções “homem” e “mulher” como a compreendemos hoje, ligados à ideia de determinação biológica do sexo, não existia em diversas culturas, antes do contato com os colonizadores. Havia, de certo, outras matrizes e outras línguas, as quais permitiam, inclusive, subjetividades que hoje, na sociedade ocidentalizada, são lidas como “ambíguas”, representadas com códigos tanto “masculinos” como “femininos”. Tentar interpretar os registros históricos e os achados geológicos desses corpos, somente a partir de representações da genitália ou de genotipagem dos cromossomos XX ou XY, produz o efeito de apagamento tanto das corporeidades intersexo como de gêneros não-ocidentais (Hartemann, 2019).

Esse apagamento, de acordo com Anzini (2021), é um pedaço da colonialidade, que universaliza a experiência cisgênera branca. É parte de um projeto de transfobia e

racismo epistemológico. A autora, então, retoma uma série de categorias de gênero localizadas geograficamente e etnicamente, que fogem do binário homem-mulher. Dentre elas, estão “Two Spirit”, entre o povo *cherokee*, nos Estados Unidos e no Canadá; as “Hijras” entre o povo hindu, na Índia; e as travestis, na América Latina.

Baena e Lana (2023) coadunam essa perspectiva ao ressaltar que algumas sociedades, diferentemente do que exige o padrão Ocidental, compreendem a possibilidade de um “terceiro gênero” dentro de seus sistemas culturais. Na cidade de Juchitán, no México, entre o povo zapoteca, as autoras afirmam que as *muxes* “compõem um gênero não-binário, socialmente reconhecido dentro de sua comunidade étnica” (Baena; Lana, 2023, p. 110). Frente a esse cenário, as autoras defendem que a existência de gêneros que não são binários provoca incômodos à tentativa totalizadora da cisnorma de homogeneizar subjetividades, uma vez que ela causa deslocamentos entre o que se entende hegemonicamente por corpos e funções sociais, pré-estabelecidas pelos discursos de verdade impostos pela colonialidade.

Em meio a esse projeto totalitário do gênero, as não-binariedades atuam na afirmação de suas existências a partir de negações. A negação do poder absoluto do gênero em determinar o destino dos corpos, a negação da necessidade de se identificar apenas como homem ou mulher, a negação da imposição universal da cisgeneridade. A negação é um fenômeno atravessado por múltiplas dimensões e por tensionamentos dos quais não pode ser dissociada (Baena; Lana, 2023).

Reis e Castro (2019) corroboram ao afirmar que a diferença compreendida na não-binariedade tensiona os próprios limites das formações identitárias, a partir dos adiamentos de sentidos, inacabados e em trânsito, e provoca rompimentos com os determinismos e essencialismos de gênero. É por meio desses deslocamentos, portanto, que é possível compreender a não-binariedade como uma nova epistemologia, que tensiona os limites discursivos do gênero, do sexo e do corpo.

As não-binariedades se fazem em ação¹⁹

As discussões aqui apresentadas mostram que as autorias apontam para a presença de dinâmicas sociais influenciando e tensionando as identificações de sujeitos não-binários. Nesse sentido, para além de observar os processos mais gerais envolvidos nas não-binariedades, é importante ressaltar que algumas autorias compreendem a identificação enquanto pessoa não-binária como parte de processos de subjetivação e de singularização, que não são recebidos passivamente pelas pessoas. Pelo contrário, é possível observar, nos textos, uma discussão sobre agência fortemente presente.

Reis (2017), Somariva, Tomazetti e Rosário (2018), Lemos, Andrade e Cardoso (2020) e Palmiere e Bernardes (2021) trazem uma compreensão de corpo enquanto algo que se faz, que se produz e que se experimenta de modos diversos. As não-binariedades seriam alguns desses modos pelos quais algumas pessoas “optam”, para além dos “gêneros existentes” (Lemos; Andrade; Cardoso, 2020). A negação e resistência à imposição da binariedade sobre os corpos se dá, nesse viés, a partir de processos de trânsito, nos quais o sujeito usufrui de sua relativa autonomia para fazer escolhas sobre como se nomear e como se apresentar ao mundo.

Fiss e Vieira (2021) mostram que essa ação pode ser libertadora e possibilita viver, em determinada medida, nos próprios termos, mas que também implica em vulnerabilidade às violências. Esse aspecto da vulnerabilidade também é muito presente nas descrições feitas pelos artigos. A respeito disso, Reis e Castro (2019) pontuam:

¹⁹ Os textos selecionados para a revisão que compõem este tópico são: Reis; Pinho (2016); Reis (2017; Somariva; Tomazetti; Rosário (2018); Carvalho (2018); Reis; Castro (2019); Lau; Sanches (2019); Lemos; Andrade; Cardoso (2020); Fiss; Vieira (2021); Nascimento; Angel (2021); Palmiere; Bernardes (2021); Gonçalves; Gizzo (2022); Giagio; Martino (2023).

Interagir é se colocar à disposição de leitura. Montar-se pode ser querer ser lido de uma forma específica. Estar incoerente com o padrão da linha de montagem é estar ilegível. E, quando há impossibilidade da leitura realizada a partir de uma chave de classificação clássica, abre-se espaço para a invenção de outra leitura, que pode colocar o sujeito no lugar do estranho, do desconhecido. Pensar a diferença, nesse ponto, implica em fomentar a confusão. Quando os significados e significantes conhecidos já não servem mais para ler aquele corpo, aquela roupa, aquele acessório, aquele cabelo etc., as consequências da ilegibilidade se materializam (seja em violência, seja em curiosidade) (Reis; Castro, 2019, p. 517).

A perspectiva de Reis (2017) coaduna essa citação ao dizer que a produção de corpos não é meramente uma experiência de si para consigo mesmo, mas um processo relacional com a diferença, com a alteridade. Nesse sentido, os processos de subjetivação implicados no “tornar-se não-binário” envolvem a presença do outro social, que, muitas vezes, se materializa através da interpelação, da injúria, da tentativa de enquadramento, dos olhares, do estranhamento, da monstificação, da chacota, do erro dos pronomes pessoais e, sobretudo, da invalidação (Reis; Castro, 2019; Lau; Sanches, 2019; Fiss; Vieira, 2021; Nascimento; Angel, 2021; Gonçalves; Gizzo, 2022; Giago; Martino, 2023).

Em contraponto, não só pela violência acontece a socialização de pessoas não-binárias. Também há muitas oportunidades para o reconhecimento, para a visibilidade, para o companheirismo e para a educação. É presente nos artigos a importância da relação com semelhantes, a comparação de histórias de vida e a representatividade. Por isso, a internet aparece como um campo no qual há trocas entre pessoas não-binárias, que podem não encontrar a mesma abertura no mundo físico.

No território virtual, é possível dar visibilidade às suas estéticas, encontrar pessoas com expressões similares à sua, encontrar grupos nos quais seu nome social e pronomes pessoais sejam respeitados, e até conhecer pela primeira vez os significados do que é ser trans e/ou não-binário (Somariva; Tomazetti; Rosário, 2018; Lau; Sanches, 2019; Gonçalves; Gizzo, 2021; Giago; Martino, 2023). Sobre a linguagem não-binária, os relatos apresentados pela pesquisa de Lau e Sanches (2019) evidenciam o quanto os espaços institucionais não apresentam abertura para o uso da LNB, o que faz com que pessoas não-binárias tenham que utilizar a linguagem binária, inclusive, para falar de si.

À quem tenta utilizar a LNB é reservado o lugar da chacota, sobretudo em espaços predominantemente cisgêneros e heterossexuais que não têm familiaridade com as pautas LGBTIQ+.

Como exemplo, Reis e Pinho (2016) citam a exclusão da LNB e das temáticas relacionadas a gênero e sexualidade nas escolas. Nesse contexto, discentes precisam encontrar fontes alternativas de conhecimento. Por isso, muitas vezes, é somente através da internet que pessoas não-binárias são capazes de exercer o uso da LNB. É importante ressaltar que nem toda pessoa não-binária utiliza pronomes pessoais neutros, mas, para as que os utilizam, “neutralizar” a linguagem é uma necessidade de expressão. Para essas pessoas, é necessário realizar uma série de negociações com seus pares cisgêneros para que haja uma adaptação da linguagem (Lau; Sanches, 2019).

Para evitar o desgaste e a possível violência, muitas pessoas não-binárias evitam pedir para serem tratadas no neutro e passam, assim, a aceitar os pronomes binários, ou a aceitar qualquer pronome (Giagio; Martino, 2023). Para algumas pessoas não-binárias, ser tratada por meio de pronomes masculinos e femininos é uma tática de sobrevivência; para outras, pode ser apenas uma possibilidade de expressão de sua fluidez de gênero (Giagio; Martino, 2023).

Para além da linguagem, outro fator de expressão de gênero não-binário identificado é das modificações corporais estéticas. O que pode ser observado é que as não-binariedades permitem articulações dos códigos estéticos femininos e masculinos de maneiras únicas e próprias a cada subjetividade. Algumas autorias apontam para a mistura e a ambiguidade como objetivos finais e ideais da construção corporal e identitária (Reis, 2017; Carvalho, 2018; Nascimento; Angel, 2021). No entanto, algumas pessoas não-binárias não se sentem confortáveis tentando alcançar esse ideal, construindo para si uma performance que faça sentido a partir de seus próprios parâmetros. Algumas pessoas não-binárias buscam uma estética que possibilite apenas que não sejam lidas como pessoas cisgêneras, ou que dificulte que seja atribuído a elas um gênero (Giagio; Martino, 2023).

Para compor essas múltiplas expressões corporais, as autorias apontam que é possível fazer uso de diversas tecnologias, tais como: a utilização de hormônios,

procedimentos cirúrgicos, mudanças de nome e do campo “sexo” nos registros civis, a moda etc. É importante ressaltar que nenhum desses procedimentos é obrigatório para que seja efetivado o reconhecimento pessoal e/ou social de suas identidades. Inclusive, os procedimentos de modificação corporal e de registros jurídicos são os que mais apresentam entraves em seu acesso, devido às burocracias excessivas e escassez de profissionais e serviços capacitados (Nascimento; Angel, 2021).

Como afirmam Somariva, Tomazetti e Rosário (2018), nem sempre haverá condições suficientes para que pessoas não-binárias desempenhem a singularidade de suas subjetividades. Ainda assim, é demandado que as pessoas não-binárias apresentem estéticas “coerentes” com as suas identidades, pois, do contrário a mudança seria “meramente discursiva” (Giagio; Martino, 2023).

As não-binariedades são trans?²⁰

Um ponto importante de discussão entre as perspectivas dos artigos é se as não-binariedades podem ser consideradas experiências trans, ou não. Somariva, Tomazetti e Rosário (2018), Lau e Sanches (2019) e Nascimento e Angel (2021) trazem, em seus textos, relatos de pessoas não-binárias que se reivindicam enquanto pessoas trans. Dentre as autorias, Hartemann (2019) é a única que dá visibilidade para a sua identidade não-binária, afirmando-se enquanto pessoa trans. Para Palmiere e Bernardes (2021), pessoas não-binárias são trans, uma vez que não se identificam com o gênero atribuído no nascimento. Para Ferreira (2016), a não-binariedade está englobada dentro da transgeneridade, uma vez que rompe com a cisgeneridade, por não se alinharem com o gênero atribuído no nascimento em função dos genitais.

Frente a essa justificativa, resgato as ideias expostas na seção anterior, de que nem toda pessoa não-binária realiza modificações corporais, de registros, ou de pronomes. Nesses casos, de que formas se rompe com a cisgeneridade? E as próprias pessoas cisgênero não destoam, também, do padrão cisnormativo? A ideia de romper

²⁰ Os textos selecionados para a revisão que compõem este tópico são: Ferreira (2016); Somariva; Tomazetti; Rosário (2018); Carvalho (2018); Lau; Sanches (2019); Hartemann (2019); Nascimento; Angel (2021); Palmiere; Bernardes (2021); Giagio; Martino (2023).

com a cisgeneridade não estaria pressupondo, como contraponto, a vivência de pessoas cisgêneras 100% alinhadas à cisnormatividade?

Nessa discussão, Somariva, Tomazetti e Rosário (2018) ressaltam que nem todas as pessoas não-binárias se identificam enquanto pessoas trans. Seriam, então, as não-binariedades um conjunto de fenômenos *per se*, um terceiro elemento da relação entre trans e cis? Para além do binário cis x trans, é possível observar que as discussões sobre as não-binariedades inauguram (supostamente) outra divisão binária. Alguns artigos fazem uma diferenciação, não explicitamente, entre trans binários – homens e mulheres trans – e trans não-binários – identificações entre o masculino e o feminino (Ferreira, 2016; Lau; Sanches, 2019; Palmiere; Bernardes, 2021). Carvalho (2018) nos mostra que essa divisão entre “trans binários” e “trans não-binários” gera conflitos entre diferentes perspectivas na militância trans.

O autor retrata a reunião de um movimento de homens trans, no qual um grupo de pessoas não-binárias reivindica a mudança da terminologia que delimita o público do movimento para “transmasculinos”, para que possam, elas também, se sentirem representadas pelo movimento. Durante a discussão, o grupo de pessoas não-binárias acusou os homens trans de serem “binários”, de reproduzirem o binarismo de gênero e de serem detentores do “privilégio da passabilidade²¹”. Um dos argumentos usados para rebater essa acusação foi o de que nenhuma experiência trans poderia ser completamente binária, uma vez que a binariedade é “uma idealização do próprio sistema de classificação de gênero” (Carvalho, 2018, p. 27). Nesse sentido:

O viés cisgênero também aparece nas tentativas de definição dos termos “trans” e “não-binário”, procurando linhas definitivas e separações claras entre quem é cis e trans, binário ou não-binário. O senso comum referente à transgeneridade trata esses termos como substantivos concretos, exigindo deles uma exatidão inatingível (Giagio; Martino, 2023, p. 16).

²¹ Passabilidade é a experiência de “passar por”, ou seja, ser lido socialmente de determinada maneira. No caso da “passabilidade trans”, trata-se da experiência de passar por alguém de outro sexo, diferente do que lhe foi designado ao nascimento. Por exemplo, um homem trans que tem “passabilidade”, ou seja, que corresponde a um ideal performativo de masculinidade, pode ser lido socialmente como um homem cisgênero, caso ele não fale sobre ser trans (Duque, 2020).

É possível observar, portanto, que há fortes embates em relação às alianças políticas possíveis entre as identidades trans há mais tempo reconhecidas no debate público e as que surgiram com mais recentemente, como as não-binárias, o que revela conflitos geracionais entre paradigmas sobre gênero, sobre transgeneridade, diferentes interseccionalidades etc. (Carvalho, 2018). Nesse contexto, o surgimento de novas nomenclaturas levanta debates sobre o que torna uma identidade legítima ou não, provocada sobretudo por grupos alinhados com uma política conservadora.

Algumas considerações sobre a revisão realizada

Frente a essa multiplicidade de perspectivas, é possível apreender que as não-binariedades contêm heterogeneidades significativas. Não há uma única resposta para o que as não-binariedades são ou podem ser. Todas as afirmações e dúvidas contidas nos nomes das categorias de resultados são igualmente verdadeiras. Muitas vezes não há consenso e isso não necessariamente precisa ser resolvido. Talvez não seja possível, nem interessante, para as não-binariedades, encaixar-se em definições gerais, uma vez que elas se constroem contra a rigidez e contra a classificação obrigatória.

Pensar as não-binariedades como subversões da cisgeneridade implica em romper com a imposição de divisões impermeáveis, assim como em contemplar a diversidade de subjetividades, frutos de diferentes contextos sociohistóricos. A própria presença do conceito de “cisgeneridade” deve ser notada na maioria dos artigos selecionados, o que indica para uma valorização dos saberes elaborados por pessoas trans. Além disso, apenas três pessoas dentre as autorias anunciaram suas identidades de gênero, sendo apenas duas delas pessoas não-binárias. O fato de tão poucas autorias trans e não-binárias se fazerem presentes pode ser devido aos entraves ao acesso à educação formal provocados pela transfobia, que faz com que sejamos sempre postas na posição de objetos a serem estudados e não como pessoas produtoras de conhecimento.

É importante notar o fato de que a produção se concentrou nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, com apenas dois artigos no Nordeste e nenhum no Norte, o que evidencia uma concentração da produção científica em determinadas regiões

historicamente privilegiadas, reafirmando a invisibilização do Norte e do Nordeste. Não houve problematizações a respeito de intersecções entre gênero, raça e classe, salvo no artigo de Carvalho (2018). Faz-se necessário, portanto, que novas pesquisas sejam feitas, levando em conta as interseccionalidades de gênero com as territorialidades e relações étnico-raciais para a produção de subjetividades de pessoas não-binárias, sobretudo das que vivem nas regiões Norte e Nordeste, historicamente (e nos artigos selecionados) invisibilizadas.

Outra limitação deste estudo é que existem textos e outros tipos de produção feitos sobre e por pessoas não-binárias que não se encontram nas publicações em periódicos, mas sim em anais de congressos, monografias, dissertações e teses. Além disso, a maior parte do conhecimento produzido sobre a não-binariedade está contida em espaços não-acadêmicos, como as redes sociais. Outros estudos posteriores poderão explorar melhor essas outras fontes.

É também importante destacar que durante a etapa de seleção dos artigos, foi possível identificar um aumento na quantidade de produções sobre as não-binariedades a partir do ano de 2019²², um ano após o assassinato de Matheusa Passarelli²³, pessoa não-binária, negra e de origem periférica, artista e estudante de Artes Visuais na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A notificação da morte de Matheusa, mesmo que feita de forma problemática, levantou debates, por meses, sobre as não-binariedades na grande mídia e nas redes sociais, o que levou conhecimento para todo o Brasil sobre essas identidades de forma educativa. Escrevemos aqui sobre ela para não deixar seu legado morrer, para fazer viver em nossas memórias a vida de Matheusa.

No geral, foi possível identificar aspectos de rompimento com a cisgeneridade, tais como a ambiguidade, a neutralidade de gênero, a androginia, a fluidez de expressões, a invenção de nomenclaturas, as modificações corporais e linguísticas. Reconhecer os múltiplos processos de subjetivação, mediados pelas diferentes

²² Não é possível notar esse aumento quantitativo nas produções, a partir dos dados apresentados nesta revisão, pois determinados artigos foram excluídos por não contemplarem o escopo deste artigo. Por isso, optei por fazer essa ressalva nas considerações finais.

²³ A notícia sobre o ocorrido pode ser encontrada em: <https://encurtador.com.br/cmlqg>.

tecnologias de gênero (linguagem, identidades, nomeações, discursos), nos permite olhar para a obsolescência da cisnormatividade enquanto norma reguladora dos corpos.

Há, em curso, uma mudança de paradigma, de concorrência entre paradigmas de gênero, como uma transição global, ocorrendo na contemporaneidade, mas iniciado, há muito tempo, pelas pessoas que nunca se conformam ao controle de seus corpos e reivindicaram seu direito de existir. O campo científico é um dos espaços que devem ser disputados por pessoas não-binárias por meio da produção de sentidos sobre as nossas experiências, tendo em vista a transformação social e política.

Referências

- ALVES, Mariana Rocha; RODRIGUES, Vinicius Dias; SOARES, Wellington Danilo; JUNIOR, Renato Sobral Monteiro. Revisão de literatura e suas diferentes características. In: FINELLI, Leonardo Augusto Couto; SOARES, Wellington Danilo (Org.). **Revisão bibliográfica: o uso da metodologia para a produção de textos**. Guarujá-SP: Editora Científica Digital, 2022. Disponível em: <https://abrir.link/gyaLH>. Acesso em: 29 ago. 2024.
- ANZINI, Violet Baudelaire. Gêneros perdidos: por uma arqueologia transfeminista. **Tessituras**, v. 9, n. 1, p. 346-369, jan-jun 2021. Disponível em: <https://encurtador.com.br/9Rsxr>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BAENA, Pâmela Keiti.; LANA, Rita de Cássia. Gêneros do Istmo: entre Méxicos, mulheres e muxe. **Revista Periódicus**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. 81-115, 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MID57>. Acesso em: 31 jan. 2024.
- BASSETS, Marc. **Judith Butler, philosopher**: 'Feminists who don't repudiate the right-wing, anti-gender movement are complicit'. El País, online, 11 de maio de 2024. Disponível em: <https://encurtador.com.br/t9tFI>. Acesso em 29 ago. 2024.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CARVALHO, Mario. "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **Cadernos Pagu**, n. 52, p. 185-211, 2018. DOI 10.1590/1809444920100520011. Disponível em: <https://encurtador.com.br/WxeP1>. Acesso em: 30 jan. 2023.
- DUQUE, Tiago. A Epistemologia da passabilidade: dez notas analíticas sobre experiências de (in)visibilidade trans. **História Revista**, Goiânia, v. 25, n. 3, p. 32 -, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/KauVP>. Acesso em: 23 dez. 2024.
- FERREIRA, Glauco Batista. 'Arte Queer' no Brasil? Relações raciais e não-binarismos de gênero e sexualidades em expressões artísticas em contextos sociais brasileiros. **Urdimento**, Florianópolis, v. 2, n. 27, p. 206-227, dez. 2016. Disponível em: <https://abrir.link/DmgvO>. Acesso em: 30 jan. 2024.

FISS, Dóris Maria Luzzardi; VIEIRA, Lucas Carboni. Análise discursiva de falas LGBT: Formações discursivas e a constituição de sujeitos e sentidos. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 29, n. 164, p. 1-34, Dez. 2021. Disponível em: <https://abrir.link/uWVCh>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GIAGIO, Ariel Ícaro Borasio; MARTINO, Luís Mauro Sá Usos da linguagem neutra na comunicação de pessoas trans: um estudo exploratório. *Esferas*, v. 1, n. 27, p. 1-23, 26 ago. 2023. Disponível em: <https://encurtador.com.br/MCCHP>. Acesso em: 31 jan. 2024.

GONÇALVES, Manoela de Calazans; GUIZZO, Bianca Salazar. “O que as pessoas acham de não-binários?”: disputas representacionais e comentários de ódio no Youtube. **Revista Diversidade e Educação**, v. 9, n. 2, p. 40-65, 2021. Disponível em: <https://abrir.link/SGTBO>. Acesso em: 30 jan. 2024.

HARTEMANN, Gabby. Nem ela nem ele. Por uma arqueologia (trans*) além do binário. **Revista Arqueologia Pública**, v. 13 n. 1, p. 99–115, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/FEYqs>. Acesso em: 31 jan. 2024.

LAU, Heliton Diego. SANCHES, Gabriel Jean. A linguagem não-binária na língua portuguesa: possibilidades e reflexões making herstory. **Revista X**, Curitiba, v. 14, n. 4, p. 87-106, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/hCWju>. Acesso em: 30 jan. 2024.

LEMONS, Patrícia Mendes; ANDRADE, Anne Graça de Sousa; CARDOSO, Bianca Maria Lima. Subvertendo gênero: o lugar da não-binaridade numa análise discursiva de blogs. **Rev. Psicol., Divers. Saúde**, v. 9, n. 3, p. 314-326, Nov. 2020. Disponível em: <https://abrir.link/dLJsV>. Acesso em: 31 jan. 2024.

NASCIMENTO, Márcio Alessandro Neman do; ANGEL, Thi. Corpos potentes que veem, corpos freaks que são vistos: análises sobre um corpo modificado e não-binário. **Educação em Análise**, Londrina, v. 6, n. 1, p. 9–29, 2021. Disponível em: <https://abrir.link/clyWg>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PALMIERE, Júlia Arruda da Fonseca e BERNARDES, Anita Guazzelli. Produzindo Corpos Trans: Cartografia pelo Território Virtual do YouTube em uma Perspectiva Pós-colonial. **Estud. pesquis. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 1, p. 94-115, abr. 2021.. Disponível em: <https://abrir.link/HFznt>. Acesso em: 30 jan. 2024.

REIS, Neilton dos. Movimento estudantil: identidades sexuais e de gênero em trânsito. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 11, p. 107-123, 2016. Disponível em: <https://abrir.link/UgrvR>. Acesso em: 30 jan. 2024.

REIS, Neilton dos; PINHO, Raquel. Gêneros não-binários: identidades, expressões e educação. **Reflexão e Ação**, v. 24, n. 1, p. 7-25, abr. 2016. Disponível em: <https://abrir.link/sdBBE>. Acesso em: 30 jan. 2024.

REIS, Neilton dos. (Re)invenções dos corpos nas experiências da não-binaridade de gênero. **Letras Escreve**, Macapá, v. 7, n. 1, p. 165-184, 2017. Disponível em: <https://abrir.link/WmsEu>. Acesso em: 30 jan. 2023.

REIS, Neilton; CASTRO, Roney Polato de. Narrativas de experiências na não-binaridade: discutindo gênero, identidades e diferenças. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**, v. 4, n. 11, p. 504–520, 2019. Disponível em: <https://abrir.link/dHzET>. Acesso em: 30 jan. 2024.

SILVA, Ariel. **A bicha enquanto identidade de gênero brasileira (a fluidez de gênero para além dos muros universitários)**. Mídia Queer, 2020. Disponível em: <https://abrir.link/tSWdw>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SOMARIVA, Mariana; TOMAZETTI, Taina Pauli ; ROSÁRIO, Nísia Martins do. Mídias sociais e produção de subjetividades: subversões de pessoas não-binárias através do Twitter. **Chasqui: revista latinoamericana de Comunicación**, Quito, Equador, n. 138, p. 333-352 ago-nov., 2018. Disponível em: <https://abrir.link/tzpOz>. Acesso em: 30 jan. 2023.

VERGUEIRO, Viviane Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. **Enlaçando sexualidades**: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270. Disponível em: <https://abrir.link/mDxLj>. Acesso em 2 ago 2023.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: Compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. **Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria**. ed. 2, v. 2, 2009, pp. 250-269. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=273420378007>. Acesso em: 23 dez. 2024.

How are non-binary people gender expressions constructed?: an integrative review

Abstract: In this article, we propose to investigate the ways in which gender expressions of non-binary people are constructed in brazilian scientific literature in the humanities area. We conducted an integrative review from 2016 to 2023 in the Periódicos CAPES and BVS databases. Seventeen articles met the criteria. We identified a multiplicity of meanings produced about non-binarities, such as the idea of gender fluidity, the multiple constitutions of identities, paradigmatic changes regarding gender, performative actions, and discursive clashes with other trans identities. Non-binarities do not fit into a closed definition, as they are constructed in the process of becoming. New studies should be conducted to account for other dimensions and other contexts of knowledge production.

Keywords: Non-binarity; Gender; Subjectivity; Psychology.

Recebido: 16/10/2024

Aceito: 31/12/2024